

Política social e educação (II)

MARÇAL VERSIANI

Não se pôde ainda perceber claramente o que o governo Figueiredo entende pela política social que preconiza. Mas não é difícil colher, de "políticas sociais" anteriormente adotadas, bastante evidência de ter sido por elas condenado nosso sistema educacional à discriminação contra os estratos mais pobres da população. Assim, se o governo não sabe hoje o que fazer em matéria de política social, tem pelo menos em mãos dados suficientes para saber o que não deve mais propor-se fazer em matéria de política educacional, para não anular o alcance social da educação.

Quando o embaixador Roberto Campos escreveu que a concentração de recursos públicos no ensino de nível superior em detrimento dos demais se devia à maior capacidade "gatural" dos estudantes universitários, estava apenas tangenciando nossa realidade: na verdade, tal política educacional era solidária e simétrica de nossa política econômica, concentradoras ambas, uma de riqueza, outra, de oportunidades; e o fato de terem mais voz os estudantes universitários evidenciava apenas a restrição à participação coletiva nas decisões que os acabou privilegiando. E na onda dos estudantes foi, prazerosamente aliás, certa demagogia política, a insinuar ser o vestibular o grande gargalo de nosso sistema educacional (repetindo, por exemplo, a relação entre o número de brasileiros que ingressam no 1º grau e o dos que chegam à universidade, ao cabo de 12 longos anos de escolaridade contínua) e a silenciar dados muito mais graves em matéria de política social: que ainda em 1978 24% da população na faixa entre os 7 e os 14 anos estavam fora de qualquer escola; que apenas 18,9% (em 1976) dos matriculados no 1º série chegam a concluir o 1º grau. Se com efeito, 1/4 das crianças brasileiras ficam fora do nosso sistema educacional; e se dos 76% que nele entram só 18,9% sobrevivem até a conclusão do 1º grau e só 9,5% até à conclusão do 2º, o que significam os 3,8% dos que concluem algum curso universitário se não que eles representam uma constrangedora concentração, a de um sistema educacional que funcionou de maneira discriminatória desde a base?

Dos ensaios e erros por onde tem caminhado nossa política social sempre sobrou alguma advertência para nossa política educacional. Se crescimento econômico não significa, de per si, sequer um real desenvolvimento econômico, não se poderá mais dispensar à política social e, dentro desta, à educacional, uma atenção apenas setorial e residual. Se, além disso, a educação é apenas uma variável numa ação política de redução das desigualdades sociais (a educação não gera empregos, podendo até gerar desempregados, como se vê agora entre tantos profissionais de nível superior; a educação não corrige também as distorções estruturais entre oferta e demanda de mão-de-obra, que estão muito mais na dependência do modelo econômico adotado), antes de se dizer que ela é um investimento e um excelente investimento, que se pergunte em benefício de quem — em outras palavras, se o eventual aumento de produtividade redundará em benefício do assalariado ou apenas do empregador. Se, ainda, os investimentos específicos em educação não atenuam os efeitos da pobreza sobre o rendimento escolar

ou a pressão do apelo individual ou familiar pela subsistência, eles não podem ser encarados, nem muito menos avaliados fora de um contexto global de política social, em que sociais sejam todos os setores do governo, incluído — et pour cause — o econômico. De que vale, afinal, a economia para um governo, se a meta não é o homem — todo o homem e todos os homens?

Chegamos a um ponto, no Brasil, em que, ou a política social passa a ser conceituada e estabelecida em função não da origem dos recursos nela empregados, não das agências governamentais que a executam, mas antes em função dos níveis de pobreza que é preciso reduzir até ficarem apenas como produto de uma conjuntura — e não de uma estrutura —, ou é melhor esquecer-se do assunto e riscar dele o nobre nome de política, dada a exaustão ou fracasso dos modelos até agora adotados, que nos compartimentalizaram a política social. Queixou-se disso a proposta setorial do MEC para o III PND: "O social, isolado do econômico e da ação fragmentária. Reduzir as desigualdades sociais é um esforço conjunto".

Um esforço com alto teor de integração e convergência, diz agora o ministro Rubem Carlos Ludwig; mas haverá convergência, sem um mínimo de consenso na equipe ministerial quanto à necessidade de se qualificar eticamente o desenvolvimento brasileiro por meio da educação, sobretudo da educação básica?

A educação não pode ser mais, sozinha, a avalista de uma indefinida política social: deve o governo atentar mais para uma definição urgente desta, em função de redefinir nossa política educacional; já é mais que tempo de dar prioridade ao que exprime a necessidade essencial e mais urgente, a educação básica; de compatibilizar, mutuamente, educação e produção; e de situar, enfim, a educação como centro de interesse das comunidades, antes de querê-la modeladora do futuro nacional.